

TINTA em CHINA

OS
MAIAS



OS MAIAS

EÇA DE QUEIRÓS

© 2014, Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9
info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Originalmente publicado em 1888.

Título: *Os Maias*
Autor: Eça de Queirós
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Outubro de 2014
isbn 978-989-671-229-7
Depósito Legal n.º 381463/14



LISBOA TINTA-DA-CHINA MMXIV

I

A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa, no Outono de 1875, era conhecida na vizinhança da Rua de S. Francisco de Paula, e em todo o bairro das Janelas Verdes, pela *Casa do Ramalhete*, ou simplesmente o *Ramalhete*. Apesar deste fresco nome de vivenda campestre, o *Ramalhete*, sombrio casarão de paredes severas, com um renque de estreitas varandas de ferro no primeiro andar, e por cima uma tímida fila de janelinhas abrigadas à beira do telhado, tinha o aspecto tristonho de residência eclesiástica que competia a uma edificação do reinado da senhora D. Maria I: com uma sineta e com uma cruz no topo, assemelhar-se-ia a um colégio de Jesuítas. O nome de *Ramalhete* provinha decerto de um revestimento quadrado de azulejos fazendo painel no lugar heráldico do Escudo de Armas, que nunca chegara a ser colocado, e representando um grande ramo de girassóis atado por uma fita onde se distinguiam letras e números de uma data.

Longos anos o *Ramalhete* permanecera desabitado, com teias de aranha pelas grades dos postigos térreos, e cobrindo-se de tons de ruína. Em 1858, Monsenhor Buccarini, Nuncio de Sua Santidade, visitara-o com ideia de instalar lá a Nunciatura, seduzido pela gravidade clerical do edifício e pela paz dormente do bairro: e o interior do casarão agradara-lhe também, com a sua disposição apalaçada, os tetos

apanelados, as paredes cobertas de *frescos* onde já desmaivavam as rosas das grinaldas e as faces dos Cupidinhos. Mas Monsenhor, com os seus hábitos de rico prelado romano, necessitava na sua vivenda os arvoredos e as águas de um jardim de luxo: e o *Ramalhete* possuía apenas, ao fundo de um terraço de tijolo, um pobre quintal inculto, abandonado às ervas bravas, com um cipreste, um cedro, uma cascatazinha seca, um tanque entulhado, e uma estátua de mármore (onde Monsenhor reconheceu logo Vénus Cîteiria) enegrecendo a um canto na lenta humidade das ramagens silvestres. Além disso, a renda que pediu o velho Vilaça, procurador dos Maias, pareceu tão exagerada a Monsenhor, que lhe perguntou sorrindo se ainda julgava a Igreja nos tempos de Leão X. Vilaça respondeu – que também a nobreza não estava nos tempos do senhor D. João V. E o *Ramalhete* continuou desabitado.

Este inútil pardieiro (como lhe chamava Vilaça Júnior, agora, por morte de seu pai, administrador dos Maias) só veio a servir, nos fins de 1870, para lá se arrecadarem as mobílias e as louças provenientes do palacete de família em Benfica, morada quase histórica, que, depois de andar anos em praça, fora então comprada por um comendador brasileiro. Nessa ocasião vendera-se outra propriedade dos Maias, a *Tojeira*; e algumas raras pessoas que em Lisboa ainda se lembravam dos Maias, e sabiam que desde a Regeneração eles viviam retirados na sua quinta de Santa Olávia, nas margens do Douro, tinham perguntado a Vilaça se essa gente estava atrapalhada.

– Ainda têm um pedaço de pão – disse Vilaça sorrindo – e a manteiga para lhe barrar por cima.

Os Maias eram uma antiga família da Beira, sempre pouco numerosa, sem linhas colaterais, sem parentelas – e agora reduzida a dois varões, o senhor da casa, Afonso da Maia, um velho já, quase um antepassado, mais idoso que o século, e seu neto Carlos que estudava medicina em Coimbra. Quando

Afonso se retirara definitivamente para Santa Olávia, o rendimento da casa excedia já cinquenta mil cruzados: mas desde então tinham-se acumulado as economias de vinte anos de aldeia; viera também a herança de um último parente, Sebastião da Maia, que desde 1830 vivia em Nápoles, só ocupando-se de numismática: – e o procurador podia certamente sorrir com segurança quando falava dos Maias e da sua fatia de pão.

A venda da *Tojeira* fora realmente aconselhada por Vilaça: mas nunca ele aprovara que Afonso se desfizesse de Benfica – só pela razão de aqueles muros terem visto tantos desgostos domésticos. Isso, como dizia Vilaça, acontecia a todos os muros. O resultado era que os Maias, com o *Ramalhete* inabitável, não possuíam agora uma casa em Lisboa; e se Afonso naquela idade amava o sossego de Santa Olávia, seu neto, rapaz de goosto e de luxo que passava as férias em Paris e Londres, não quereira, depois de formado, ir sepultar-se nos penhascos do Douro. E com efeito, meses antes de ele deixar Coimbra, Afonso assombrou Vilaça anunciando-lhe que decidira vir habitar o *Ramalhete*! O procurador compôs logo um relatório a enumerar os inconvenientes do casarão: o maior era necessitar tantas obras e tantas despesas; depois, a falta de um jardim devia ser muito sensível a quem saía dos arvoredos de Santa Olávia; e por fim aludia mesmo a uma lenda, segundo a qual eram sempre fatais aos Maias as paredes do *Ramalhete*, «ainda que (acrescentava ele numa frase meditada) até me envergonho de mencionar tais frioleiras neste século de Voltaire, Guizot e outros filósofos liberais...»

Afonso riu muito da frase, e respondeu que aquelas razões eram excelentes – mas ele desejava habitar sob tetos tradicionalmente seus; se eram necessárias obras, que se fizessem e largamente; e enquanto a lendas e agouros, bastaria abrir de par em par as janelas e deixar entrar o sol.

Sua Excelência mandava: – e, como esse Inverno ia seco, as obras começaram logo, sob a direcção de um Esteves,

arquitecto, político, e compadre de Vilaça. Este artista entusiasmara o procurador com um projecto de escada aparatosa, flanqueada por duas figuras simbolizando as conquistas da Guiné e da Índia. E estava ideando também uma cascata de louça na sala de jantar – quando, inesperadamente, Carlos apareceu em Lisboa com um arquitecto-decorador de Londres, e, depois de estudar com ele à pressa algumas ornamentações e alguns tons de estofos, entregou-lhe as quatro paredes do *Ramalhete*, para ele ali criar, exercendo o seu gosto, um interior confortável, de luxo inteligente e sóbrio.

Vilaça ressentiu amargamente esta desconsideração pelo artista nacional; Esteves foi berrar ao seu centro político que isto era um país perdido. E Afonso lamentou também que se tivesse despedido o Esteves, exigiu mesmo que o encarregassem da construção das cocheiras. O artista ia aceitar – quando foi nomeado governador civil.

Ao fim de um ano, durante o qual Carlos viera frequentemente a Lisboa colaborar nos trabalhos, «dar os seus retoques estéticos» – do antigo *Ramalhete* só restava a fachada triste-nha, que Afonso não quisera alterada por constituir a fisionomia da casa. E Vilaça não duvidou declarar que Jones Bule (como ele chamava ao inglês) sem despendar despropositadamente, aproveitando até as antigualhas de Benfica, fizera do *Ramalhete* «um museu».

O que surpreendia logo era o pátio, outrora tão lóbrego, nu, lajeado de pedregulhos – agora resplandecente, com um pavimento quadrilhado de mármore brancos e vermelhos, plantas decorativas, vasos de Quimper, e dois longos bancos feudais que Carlos trouxera de Espanha, trabalhados em talha, solenes como coros de catedral. Em cima, na antecâmara, revestida como uma tenda de estofos do Oriente, todo o rumor de passos morria: e ornavam-na divãs cobertos de tapetes persas, largos pratos mouriscos com reflexos metálicos

de cobre, uma harmonia de tons severos, onde destacava, na brancura imaculada do mármore, uma figura de rapariga friorenta, arrepiando-se, rindo, ao meter o pezinho na água. Daí partia um amplo corredor, ornado com as peças ricas de Benfca, arcas góticas, jarrões da Índia, e antigos quadros devotos. As melhores salas do *Ramalhete* abriam para essa galeria. No salão nobre, raramente usado, todo em brocados de veludo cor de musgo de Outono, havia uma bela tela de Constable, o retrato da sogra de Afonso, a condessa de Runa, de tricorne de plumas e vestido escarlate de caçadora inglesa, sobre um fundo de paisagem enevoada. Uma sala mais pequena, ao lado, onde se fazia música, tinha um ar de século XVIII com seus móveis enramalhados de ouro, as suas sedas de ramagens brilhantes: duas tapeçarias de Gobelins desmaiadas, em tons cinzentos, cobriam as paredes de pastores e de arvoredos.

Defronte era o bilhar, forrado de um couro moderno trazido por Jones Bule, onde, por entre a desordem de ramagens verde-garrafa, esvoaçavam cegonhas prateadas. E, ao lado, achava-se o *fumoir*, a sala mais cómoda do *Ramalhete*: as otomanas tinham a fofa vastidão de leitos; e o concheço quente e um pouco sombrio dos estofos escarlates e pretos era alegrado pelas cores cantantes de velhas faianças holandesas.

Ao fundo do corredor ficava o escritório de Afonso, revestido de damascos vermelhos com uma velha câmara de prelado. A maciça mesa de pau-preto, as estantes baixas de carvalho lavrado, o solene luxo das encadernações, tudo tinha ali uma feição austera de paz estudiosa – realçada ainda por um quadro atribuído a Rubens, antiga relíquia da casa, um Cristo na Cruz, destacando a sua nudez de atleta sobre um céu de poente revoltado e rubro. Ao lado do fogão, Carlos arranjara um canto para o avô com um biombo japonês bordado a ouro, uma pele de urso branco, e uma venerável cadeira de braços, cuja tapeçaria mostrava ainda as armas dos Maias no desmaio da trama de seda.

No corredor do segundo andar guarnecido com retratos de família, estavam os quartos de Afonso. Carlos dispusera os seus, num ângulo da casa, com uma entrada particular, e janelas sobre o jardim: eram três gabinetes a seguir, sem portas, unidos pelo mesmo tapete: e os recostos acolchoados, a seda que forrava as paredes, faziam dizer ao Vilaça que aquilo não eram aposentos de médico – mas de dançarina!

A casa, depois de arranjada, ficou vazia enquanto Carlos, já formado, fazia uma longa viagem pela Europa; – e foi só nas vésperas da sua chegada, nesse lindo Outono de 1875, que Afonso se resolveu enfim a deixar Santa Olávia e vir instalar-se no *Ramalhete*. Havia vinte e cinco anos que ele não via Lisboa; e, ao fim de alguns curtos dias, confessou ao Vilaça que estava suspirando outra vez pelas suas sombras de Santa Olávia. Mas, que remédio! Não queria viver muito separado do neto; e Carlos agora, com ideias sérias de carreira activa, devia necessariamente habitar Lisboa... De resto, não desgostava do *Ramalhete*, apesar de Carlos, com o seu fervor pelo luxo dos climas frios, ter prodigalizado de mais as tapeçarias, os pesados reposteiros e os veludos. Agradava-lhe também muito a vizinhança, aquela doce quietação de subúrbio adormecido ao sol. E gostava até do seu quintalejo. Não era decerto o jardim de Santa Olávia: mas tinha o ar simpático, com os seus girassóis perfilados ao pé dos degraus do terraço, o cipreste e o cedro envelhecendo juntos como dois amigos tristes, e a Vénus Cítereia parecendo agora, no seu tom claro de estátua de parque, ter chegado de Versalhes, do fundo do Grande Século... E desde que a água abundava, a cascatazinha era deliciosa, dentro do nicho de conchas, com os seus três pedregulhos arrançados em despenhadeiro bucólico, melancolizando aquele fundo de quintal soalheiro com um pranto de náia doméstica, esfiado gota a gota na bacia de mármore.

O que desconsolara Afonso, ao princípio, fora a vista do terraço – donde outrora, decerto, se abrangia até ao mar. Mas as

casas edificadas em redor, nos últimos anos, tinham tapado esse horizonte esplêndido. Agora, uma estreita tira de água e monte que se avistava entre dois prédios de cinco andares, separados por um corte de rua, formava toda a paisagem defronte do *Ramalhete*. E, todavia, Afonso terminou por lhe descobrir um encanto íntimo. Era como uma tela marinha, encaixilhada em cantarias brancas, suspensa do céu azul em face do terraço, mostrando, nas variedades infinitas de cor e luz, os episódios fugitivos de uma pacata vida de rio: às vezes uma vela de barco da Trafaria fugindo airosamente à bolina; outras vezes uma galera toda em pano, entrando num favor da aragem, vagarosa, no vermelho da tarde; ou então a melancolia de um grande paquete, descendo, fechado e preparado para a vaga, entrevisto um momento, desaparecendo logo, como já devorado pelo mar incerto; ou ainda durante dias, no pó de ouro das sextas silenciosas, o vulto negro de um couraçado inglês... E sempre ao fundo o pedaço de monte verde-negro, com um moinho parado no alto, e duas casas brancas ao rés da água, cheias de expressão – ora faiscentes e despedindo raios das vidraças acesas em brasa; ora tomando aos fins de tarde um ar pensativo, cobertas dos rosados tenros do poente, quase semelhantes a um rubor humano; e de uma tristeza arrepiada nos dias de chuva, tão sós, tão brancas, como nuas, sob o tempo agreste.

O terraço comunicava por três portas envidraçadas com o escritório – e foi nessa bela câmara de prelado que Afonso se acoostumou logo a passar os seus dias, no recanto aconchegado que o neto lhe preparara ternamente, ao lado do fogão. A sua longa residência em Inglaterra dera-lhe o amor dos suaves vagares junto do lume. Em Santa Olávia as chaminés ficavam acesas até Abril; depois ornavam-se de braçadas de flores, como um altar doméstico; e era ainda aí, nesse aroma e nessa frescura, que ele gozava melhor o seu cachimbo, o seu Tácito, ou o seu querido Rabelais.

Todavia, Afonso ainda ia longe, como ele dizia, de ser um velho borralheiro. Naquela idade, de Verão ou de Inverno, ao romper do Sol, estava a pé, saindo logo para a quinta, depois da sua boa oração da manhã que era um grande orgulho na água fria. Sempre tivera o amor supersticioso da água; e costumava dizer que nada havia melhor para o homem – que sabor de água, som de água e vista de água. O que o prendera mais a Santa Olávia fora a sua grande riqueza de águas vivas, nascentes, repuxos, tranquilo espelhar de águas paradas, fresco murmúrio de águas regantes... E a esta viva tonificação da água atribuía ele o ter vindo assim, desde o começo do século, sem uma dor e sem uma doença, mantendo a rica tradição de saúde da sua família, duro, resistente aos desgostos e anos – que passavam por ele, tão em vão, como passavam em vão, pelos seus robles de Santa Olávia, anos e vendavais.

Afonso era um pouco baixo, maciço, de ombros quadrados e fortes: e com a sua face larga de nariz aquilino, a pele corada, quase vermelha, o cabelo branco todo cortado à escovinha, e a barba de neve aguda e longa – lembrava, como dizia Carlos, um varão esforçado das idades heróicas, um D. Duarte de Meneses ou um Afonso de Albuquerque. E isto fazia sorrir o velho, recordar ao neto, gracejando, quanto as aparências iludem!

Não, não era Meneses, nem Albuquerque, apenas um antepassado bonacheirão que amava os seus livros, o conchego da sua poltrona, o seu *whist* ao canto do fogão. Ele mesmo costumava dizer que era simplesmente um egoísta: – mas nunca, como agora na velhice, as generosidades do seu coração tinham sido tão profundas e largas. Parte do seu rendimento ia-se-lhe por entre os dedos, esparsamente, numa caridade enternecida. Cada vez amava mais o que é pobre e o que é fraco. Em Santa Olávia, as crianças corriam para ele, dos portais, sentindo-o acariciador e paciente. Tudo o que vive lhe merecia amor – e

era dos que não pisam um formigueiro e se compadecem da sede de uma planta.

Vilaça costumava dizer que lhe lembrava sempre o que se conta dos patriarcas, quando o vinha encontrar ao canto da chaminé, na sua coçada quinzena de veludilho, sereno, risinho, com um livro na mão, o seu velho gato aos pés. Este pesado e enorme angorá, branco com malhas louras, era agora (desde a morte de Tobias, o soberbo cão são-bernardo) o fiel companheiro de Afonso. Tinha nascido em Santa Olávia, e recebera então o nome de *Bonifácio*: depois, ao chegar à idade do amor e da caça, fora-lhe dado o apelido mais cavalheiresco de *D. Bonifácio de Calatrava*: agora, dorminhoco e obeso, entrara definitivamente no remanso das dignidades eclesiásticas, e era o *Reverendo Bonifácio*...

Esta existência nem sempre assim correria com a tranquilidade larga e clara de um belo rio de Verão. O antepassado, cujos olhos se enchiam agora de uma luz de ternura diante das suas rosas, e que ao canto do lume relia com gosto o seu Guizot, fora, na opinião de seu pai, algum tempo, o mais feroz jacobino de Portugal! E todavia, o furor revolucionário do pobre moço consistira em ler Rousseau, Volney, Helvécio, e a *Enciclopédia*; em atirar foguetes de lágrimas à Constituição; e ir, de chapéu à liberal e alta gravata azul, recitando pelas lojas maçónicas odes abomináveis ao Supremo Arquitecto do Universo. Isto, porém, bastara para indignar o pai. Caetano da Maia era um português antigo e fiel que se benzia ao nome de Robespierre, e que, na sua apatia de fidalgo beato e doente, tinha só um sentimento vivo – o horror, o ódio ao jacobino, a quem atribuía todos os males, os da pátria e os seus, desde a perda das colónias até às crises da sua gota. Para extirpar da nação o jacobino, dera ele o seu amor ao senhor infante

D. Miguel, messias forte e restaurador providencial... E ter justamente por filho um jacobino, parecia-lhe uma provação comparável só às de Job!

Ao princípio, na esperança que o menino se emendasse, contentou-se em lhe mostrar um carão severo e chamar-lhe com sarcasmo – *cidadão!* Mas quando soube que seu filho, o seu herdeiro, se misturara à turba que, numa noite de festa cívica e de Luminárias, tinha apedrejado as vidraças apagadas do senhor legado de Áustria, enviado da Santa Aliança – considerou o rapaz um Marat e toda a sua cólera rompeu. A gota cruel, cravando-o na poltrona, não lhe deixou espancar o mação, com a sua bengala da índia, à lei de bom pai português: mas decidiu expulsá-lo de sua casa, sem mesada e sem bênção, renegado como um bastardo! Que aquele pedreiro-livre não podia ser do seu sangue!

As lágrimas da mamã amoleceram-no; sobretudo as razões de uma cunhada de sua mulher, que vivia com eles em Benfica, senhora irlandesa de alta instrução, Minerva respeitada e tutelar, que ensinara inglês ao menino e o adorava como um bebé. Caetano da Maia limitou-se a desterrar o filho para a Quinta de Santa Olávia; mas não cessou de chorar no seio dos padres, que vinham a Benfica, a desgraça da sua casa. E esses santos lá o consolavam, afirmando-lhe que Deus, o velho Deus de Ourique, não permitiria jamais que um Maia pactuasse com Belzebu e com a Revolução! E, à falta de Deus-Padre, lá estava Nossa Senhora da Soledade, padroeira da casa e madrinha do menino, para fazer o bom milagre.

E o milagre fez-se. Meses depois, o jacobino, o Marat, voltava de Santa Olávia um pouco contrito, enfastiado sobretudo daquela solidão, onde os chás do brigadeiro Sena eram ainda mais tristes que o terço das primas Cunhas. Vinha pedir ao pai a bênção, e alguns mil cruzados, para ir a Inglaterra, esse país de vivos prados e de cabelos de ouro, de que lhe falara tanto

a tia Fanny. O pai beijou-o, todo em lágrimas, acedeu a tudo fervorosamente, vendo ali a evidente, a gloriosa intercessão de Nossa Senhora da Soledade! E o mesmo frei Jerónimo da Conceição, seu confessor, declarou este milagre – não inferior ao de Carnaxide.

Afonso partiu. Era na Primavera – e a Inglaterra toda verde, os seus parques de luxo, os copiosos confortos, a harmonia penetrante dos seus nobres costumes, aquela raça tão séria e tão forte – encantaram-no. Bem depressa esqueceu o seu ódio aos sorumbáticos padres da Congregação, as horas ardentes passadas no café dos Romulares a recitar Mirabeau, e a República que quisera fundar, clássica e voltairiana, com um triunvirato de Cípiões e festas ao Ente Supremo. Durante os dias da *Abrilada* estava ele nas corridas de Epsom, no alto de uma sege de posta, com um grande nariz postiço, dando hurras medonhos – bem indiferente aos seus irmãos de Maçonaria, que a essas horas o senhor infante espicava a chuço, pelas vielas do Bairro Alto, no seu rijo cavalo de Alter.

Seu pai morreu de súbito, ele teve de regressar a Lisboa. Foi então que conheceu D. Maria Eduarda Runa, filha do conde de Runa, uma linda morena, mimosa e um pouco adoentada. Ao fim do luto casou com ela. Teve um filho, desejou outros; e começou logo, com belas ideias de patriarca moço, a fazer obras no palacete de Benfica, a plantar em redor arvoredos, preparando tectos e sombras à descendência amada que lhe encantaria a velhice.

Mas não esquecia a Inglaterra: – e tornava-lha mais apetecida essa Lisboa miguelista que ele via, desordenada como uma Tunes barbaresca; essa rude conjuração apostólica de frades e boleiros, atroando tabernas e capelas; essa plebe beata, suja e feroz, rolando do *lausperene* para o curro, e ansiando tumultuosamente pelo príncipe que lhe encarnava tão bem os vícios e as paixões...

EÇA DE QUEIRÓS

Eça de Queirós nasceu na Póvoa de Varzim, em 1845. Estudou em Coimbra entre 1861 e 1866, formando-se em Direito.

Depois de terminar o curso, começa a trabalhar como advogado em Lisboa. Abandona a carreira jurídica para fundar o jornal oposicionista *O Distrito de Évora* (1867), que redige praticamente sozinho durante sete meses.

Apesar de não ter tomado partido na Questão Coimbrã, participa nas Conferências do Casino (1871), momento marcante da Geração de 70, onde pontificaram nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, entre outros. Nesse mesmo ano, assina com Ramalho Ortigão o folhetim mensal satírico «As Farpas».

Em 1872, abandona o cargo de administrador do concelho de Leiria e ingressa na carreira diplomática, que prosseguirá até ao fim da vida. Exerce o cargo de cônsul em Havana, Newcastle, Bristol e Paris.

Mantém a sua actividade jornalística, escrevendo crónicas e textos literários para várias publicações. Funda ainda, em 1889, a *Revista de Portugal*.

Morre em Paris, em 1900.

LIVROS PUBLICADOS EM VIDA

O Mistério da Estrada de Sintra (1870; 1884 em livro)

O Crime do Padre Amaro (1875; 1876 em livro)

O Primo Basílio (1878)

O Mandarin (1880)

A Relíquia (1887)

Os Maias (1888)

Uma Campanha Alegre (crónicas) (1871/2; 1890/1 em livro)

As Minas de Salomão (tradução) (1891)

LIVROS PÓSTUMOS

Correspondência de Fradique Mendes (1900)

A Ilustre Casa de Ramires (1900)

A Cidade e as Serras (1901)

Contos (1902)

Prosas Bárbaras (crónicas) (1903)

Cartas de Inglaterra (crónicas) (1905)

Ecos de Paris (crónicas) (1905)

Cartas Familiares e Bilhetes de Paris (crónicas) (1907)

Notas Contemporâneas (crónicas) (1909)

Últimas Páginas (prosas e lendas de santos) (1912)

A Capital (1925)

O Conde de Abranhos (1925)

Alves & Companhia (1925)

Correspondência (1925)

O Egipto (viagem) (1926)

Cartas Inéditas de Fradique Mendes (1929)

Eça de Queirós entre os Seus. Cartas Íntimas (1949)

Folhas Soltas (1980)

A Tragédia da Rua das Flores (1980)

As Farpas (crónicas) (2004)



Esta edição de *Os Maias*
foi composta em caracteres Andrade Pro
e SchneiderInitialsCS e impressa pela Rainho&Neves,
Artes Gráficas, sobre papel bíblia de 60 g, numa tiragem de dois
mil exemplares, no mês de Setembro de 2014.

